



Sistema de Contas Regionais: Brasil 2017

SCR

 ISBN 978-85-240-4514-1
 © IBGE, 2019

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, desenvolve programa de trabalho para a construção de um Sistema de Contas, por Unidade da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável, no tempo e no espaço, atendendo à demanda por informações regionalizadas. Para tal, a metodologia adotada no Sistema de Contas Regionais do Brasil é uniforme, por Unidade da Federação, e integrada à utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais - SCN do IBGE.

O Sistema de Contas Regionais, em virtude de suas particularidades, estima o Produto Interno Bruto - PIB pelas óticas da produção e da renda, apresentando informações referentes ao processo de produção e geração da renda regionalmente. A ótica da produção mostra o resultado do processo de produção, valor da produção, menos o consumo intermediário, de cujo saldo, o valor adicionado bruto por atividade econômica, somado aos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos resulta o valor do PIB. Pela ótica da renda, o PIB é igual à soma da remuneração dos fatores de produção, isto é, corresponde ao somatório das remunerações dos empregados, com o rendimento misto bruto e o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação. Este informativo apresenta comentários analíticos sobre os principais destaques do Sistema de Contas Regionais 2017, com comparações em relação a 2016 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, ano de início da série¹.

PIB Variação em volume

Brasil
1,3%

Maior resultado

Mato Grosso
12,1%

● 18 Unidades da Federação com variações médias superiores à do Brasil

3,1%
correspondendo
a **45,3%** do PIB



Menor resultado

Rio de Janeiro
-1,6%

● 9 Unidades da Federação com variações médias inferiores à do Brasil

-0,1%
correspondendo
a **54,7%** do PIB

PIB per capita

2017



Maior

Distrito Federal
R\$ 80 502,47

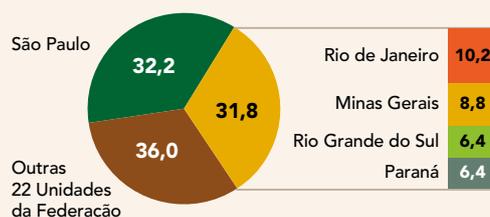
Menor

Maranhão
R\$ 12 788,75

Nota: População residente estimada para 1º de julho de 2017, segundo as Unidades da Federação, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)
2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2015, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. Outras informações sobre o SCR estão disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>.

PIB pela ótica da produção

Variações em volume

Após dois anos consecutivos de queda, o PIB do Brasil voltou a crescer em volume: 1,3% em 2017 na comparação com 2016. Em 2015 o volume do PIB foi de -3,5% e em 2016 foi de -3,3%.

Dentre as Unidades da Federação, apenas três apresentaram variações negativas em volume, em 2017: Rio de Janeiro (-1,6%), Sergipe (-1,1%) e Paraíba (-0,1%). O resultado em volume de 2017 para as demais 24 Unidades da Federação foi de crescimento, após dois anos de queda, com exceção de Roraima e Distrito Federal que não apresentaram variação negativa em volume em 2016: 0,2% e 0,0%, respectivamente.

Entre os setores, a Agropecuária cresceu 14,2%, enquanto a Indústria recuou 0,5% e os Serviços cresceram 0,8%.

Todas as atividades da Agropecuária verificaram crescimentos em volume, sendo a maior contribuição da *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita*, com o resultado de 19,4%. O ano de 2017 foi beneficiado pelas excelentes condições climáticas, diferente do ocorrido em 2016, em que problemas climáticos afetaram as principais regiões produtoras de grãos.

O resultado da Indústria foi negativo em função da retração de 9,2% da *Construção*, quarto ano consecutivo de queda. Já as demais atividades industriais apresentaram variações em volume positivas em 2017: *Indústrias extrativas* (4,9%), *Indústrias de transformação* (2,3%) e *Eletricidade e gás, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* (0,9%).

Nos Serviços, com exceção das *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (-1,1%) e das *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* (-0,2%), que tiveram queda em volume, os demais serviços registraram crescimento.

Regionalmente, todas as Grandes Regiões apresentaram variações positivas em volume do PIB. Para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o resultado voltou a ser positivo após dois anos de quedas consecutivas em volume. Já para o Sudeste e Sul, o crescimento acontece após três anos de queda.

Dentre as 18 Unidades da Federação com variação em volume do PIB superior à do Brasil, em 10 estados o desempenho da Agropecuária foi determinante para o resultado, especialmente da *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita*, que em 2016 foi afetada por condições climáticas desfavoráveis.

Assim, os quatro maiores resultados em volume, Mato Grosso, Piauí, Rondônia e Maranhão, tiveram as maiores influências no desempenho da Agropecuária, sobretudo nos cultivos de milho, algodão e soja, e na produção de leite em Rondônia. Apenas Mato Grosso e Rondônia apresentaram crescimento em volume na Indústria (2,0% e 8,1%, respectivamente), muito influenciado pelo aumento de produção de energia elétrica das usinas Teles Pires em

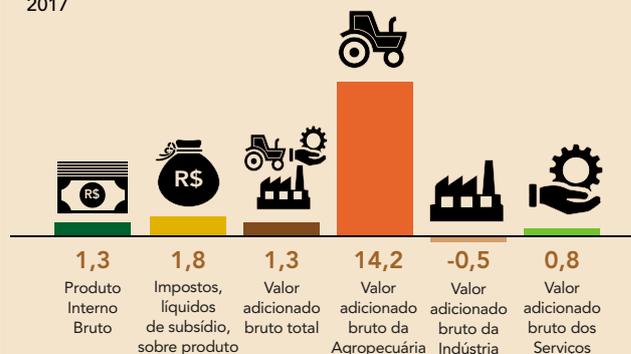
Mato Grosso e Santo Antônio e Jirau em Rondônia. Já Piauí e Maranhão tiveram recuos de 3,8% e 3,5%, respectivamente, por influência direta da *Construção*: -9,8% e -10,2%.

Já nos Serviços os quatro estados com os maiores resultados apresentaram variações em volume positivas: 3,2%, 2,0%, 1,6% e 4,1% (Mato Grosso, Piauí, Rondônia e Maranhão, respectivamente). O resultado de 4,9%, 3,0% e 6,2% do *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* contribuiu determinantemente para os resultados do Mato Grosso, Rondônia e Maranhão. No Estado do Piauí, a atividade de *Alojamento e alimentação* apresentou o maior crescimento, 10,2%.

Amazonas, na quinta posição relativa à variação em volume do PIB em 2017, teve seu resultado influenciado pelo desempenho das *Indústrias de transformação* (11,2%), relacionado à fabricação de equipamentos de informática, e do *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (7,5%), que representavam juntos 38,5% de sua economia em 2016.

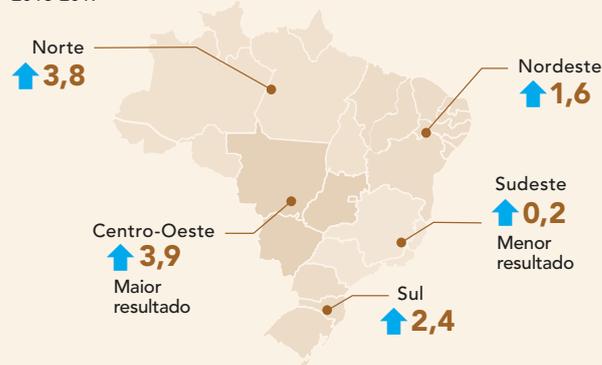
Variação em volume do PIB; impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; e valor adicionado bruto do Brasil (%)

2017



Variação em volume do PIB (%)

2016-2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Valor corrente, participação percentual, posição relativa e variação em volume do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

2017

Unidades da Federação	PIB				Variação em volume do Valor Adicionado Bruto (%)			
	Valor corrente (R\$ 1 000 000)	Participação (%)	Posição relativa da variação em volume	Variação em volume (%)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Mato Grosso	126 805	1,9	1º	12,1	12,5	45,2	2,0	3,2
Piauí	45 359	0,7	2º	7,7	7,8	130,3	(-) 3,8	2,0
Rondônia	43 506	0,7	3º	5,4	5,3	19,6	8,1	1,6
Maranhão	89 524	1,4	4º	5,3	5,4	37,7	(-) 3,5	4,1
Amazonas	93 204	1,4	5º	5,2	4,9	(-) 3,0	7,5	4,3
Mato Grosso do Sul	96 372	1,5	6º	4,9	5,2	25,0	1,5	0,0
Santa Catarina	277 192	4,2	7º	4,0	3,6	9,5	1,4	3,9
Alagoas	52 843	0,8	8º	3,3	3,6	24,7	(-) 6,3	0,9
Pará	155 195	2,4	9º	3,2	3,2	7,4	4,4	1,8
Tocantins	34 102	0,5	10º	3,1	3,3	26,7	(-) 4,0	0,7
Roraima	12 103	0,2	11º	2,4	2,6	1,0	(-) 2,8	3,3
Goiás	191 899	2,9	12º	2,3	2,8	19,2	(-) 0,6	0,9
Pernambuco	181 551	2,8	13º	2,1	1,7	9,2	1,4	1,4
Paraná	421 375	6,4	14º	2,0	2,0	12,0	(-) 0,2	1,3
Rio Grande do Sul	423 151	6,4	15º	1,8	1,8	11,4	(-) 1,8	1,6
Amapá	15 480	0,2	16º	1,7	1,6	2,0	4,9	1,2
Minas Gerais	576 199	8,8	17º	1,7	1,5	1,5	0,5	1,9
Ceará	147 890	2,2	18º	1,5	1,5	32,5	(-) 2,8	0,7
18 Unidades da Federação com variações médias do PIB superiores à do Brasil	2 983 751	45,3		3,1	3,0	17,2	0,5	1,9
Brasil	6 583 319			1,3	1,3	14,2	(-) 0,5	0,8
9 Unidades da Federação com variações médias do PIB inferiores à do Brasil	3 599 568	54,7		(-) 0,1	(-) 0,2	3,3	(-) 1,5	0,0
Rio Grande do Norte	64 295	1,0	19º	0,5	0,5	9,5	(-) 6,2	1,8
Espírito Santo	113 352	1,7	20º	0,5	0,4	12,0	(-) 0,3	(-) 0,2
Distrito Federal	244 683	3,7	21º	0,3	0,4	20,3	(-) 8,5	0,7
São Paulo	2 119 854	32,2	22º	0,3	0,1	(-) 0,9	(-) 0,3	0,2
Acre	14 271	0,2	23º	0,2	0,1	(-) 10,5	(-) 6,7	2,4
Bahia	268 661	4,1	24º	0,0	0,0	7,1	(-) 2,9	0,2
Paraíba	62 387	0,9	25º	(-) 0,1	0,0	8,9	(-) 4,5	0,5
Sergipe	40 704	0,6	26º	(-) 1,1	(-) 1,0	31,3	(-) 11,7	(-) 0,3
Rio de Janeiro	671 362	10,2	27º	(-) 1,6	(-) 1,8	(-) 2,0	(-) 3,1	(-) 1,5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ainda dentre as 18 Unidades da Federação com variação em volume do PIB superior ao Brasil, as nove federações com variação em volume negativo na Indústria tiveram seus resultados fortemente influenciados pelo desempenho da *Construção* em 2017, acompanhando o panorama nacional.

Os estados com os menores resultados em volume do PIB de 2017, da 25ª a 27ª, Paraíba, Sergipe e Rio de Janeiro, apresentaram quedas. Rio de Janeiro, único a apresentar variações negativas na Agropecuária (-2,0%), na Indústria (-3,1%) e nos Serviços (-1,5%), foi fortemente afetado pelos desempenhos das atividades: *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* (-8,2%), *Construção* (-14,8%), *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (-2,5%) e *Administração, defesa, educação, saúde públicas e seguridade social* (-0,7%), que juntas somavam 48,5% de sua economia em 2016.

Os resultados de Sergipe e Paraíba, -1,1% e -0,1%, na ordem, são explicados em larga medida pela retração da Indústria, muito em função da *Construção* com quedas de 13,2% e 11,2%, respectivamente, somados à redução da produção de energia elétrica pela usina de Xingó em Sergipe e das *Indústrias de transformação* na Paraíba.

Bahia em 2017 apresentou estabilidade (0,0%), tendo a queda da Indústria (-2,9%) compensada pelos crescimentos da Agropecuária (7,1%) e dos Serviços (0,2%). O desempenho da Indústria está atrelado às quedas em volume da *Construção* (-9,3%) e das *Indústrias de transformação* (-1,9%).

Em São Paulo, maior economia brasileira, a variação em volume do PIB em 2017 foi de 0,3%. O resultado foi largamente influenciado pelo resultado da *Construção* (-8,5%), *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (-3,3%) e ainda pelos serviços de *Informação e comunicação* (-1,4%). O desempenho na *Construção* seguiu o panorama nacional de retração (9,2%), e desde 2014 o estado acumulou queda de 23,4%. Já no caso da atividade financeira paulista, o desempenho em volume está relacionado à redução das operações de crédito no Brasil, pelo segundo ano consecutivo, somado à redução da taxa Selic, uma vez que São Paulo é responsável por mais de 50% da atividade financeira brasileira.

Evolução das participações do PIB entre 2016 e 2017

Entre 2016 e 2017 as Regiões Sudeste e Centro-Oeste perderam participação no PIB nacional, consequência das perdas de participação de São Paulo, -0,3 ponto percentual (p.p.), no Sudeste, e do Mato Grosso e Distrito Federal no Centro-Oeste, que perderam ambos 0,1 p.p.. Destas regiões, apenas Minas Gerais avançou sua participação, 0,1 p.p., enquanto os demais estados mantiveram seus pesos.

A Região Sul manteve a participação de 2016, com o ganho de 0,1 p.p. de Santa Catarina sendo compensado pela perda do Rio Grande do Sul, de -0,1 p.p.. Já o Norte e Nordeste ganharam 0,2 p.p. cada, sendo as participações de 2017 as maiores da série analisada: 5,6% e 14,5%, respectivamente.

As Unidades da Federação que perderam pesos entre 2016 e 2017 foram São Paulo (-0,3 p.p.), Rio Grande do Sul (-0,1 p.p.), Mato Grosso (-0,1 p.p.) e Distrito Federal (-0,1 p.p.).

A perda de 0,3 p.p. de São Paulo é explicada, principalmente, pelas *Atividades financeiras, seguros e serviços relacionados*, em virtude de sua redução na participação das operações de crédito e de depósitos do País. A *Construção* também influenciou no desempenho relativo de São Paulo, uma vez que a atividade reduziu seu peso no total da economia brasileira em 0,8 p.p. entre 2016 e 2017, e o estado participa com cerca de 30% desta atividade.

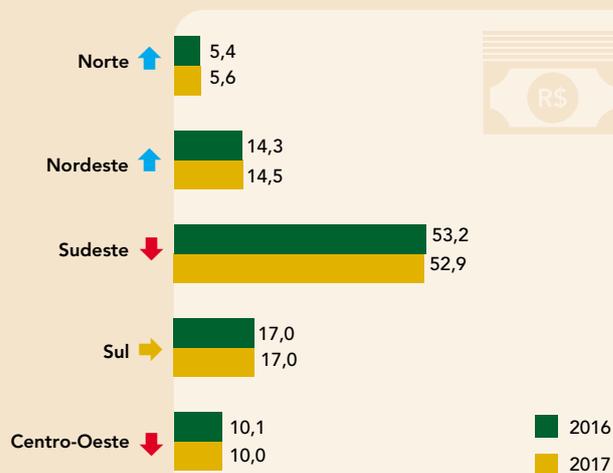
No Rio Grande do Sul e Mato Grosso as perdas de participação têm na Agropecuária a principal influência, em virtude da redução dos preços de seus principais produtos em 2017: milho, soja e arroz e ainda algodão herbáceo, somente no Mato Grosso. Contribuíram ainda para as perdas de participação da economia gaúcha, as reduções dos segmentos de refino de petróleo e coque e da fabricação de produtos químicos orgânicos e inorgânicos em *Indústrias de transformação*, não compensados pelo ganho de participação da fabricação de máquinas e equipamentos, além da atividade de *Construção*. Já em Mato Grosso, a perda de participação foi motivada também pela queda da fabricação de produtos alimentícios em *Indústrias de transformação*.

A perda de 0,1 p.p. de participação observada no Distrito Federal está relacionada à redução da participação nos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, efeito da queda da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, já que o Distrito Federal manteve a participação no total do valor adicionado bruto do Brasil.

No sentido contrário, as Unidades da Federação que avançaram na participação foram Pará (0,2 p.p.), Santa Catarina (0,1 p.p.), Pernambuco (0,1 p.p.), Minas Gerais (0,1 p.p.) e Rondônia (0,1 p.p.).

O ganho de 0,2 p.p. de participação do Pará garantiu o avanço da 12ª para a 11ª posição relativa, posição ocupada pelo Ceará em 2016. O resultado do Pará ocorreu em virtude do ganho de *Indústrias ex-*

Participação do PIB das Grandes Regiões no PIB do Brasil (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

Unidades da Federação	2016		2017	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Rondônia	0,6	22°	0,7	22°
Acre	0,2	26°	0,2	26°
Amazonas	1,4	16°	1,4	16°
Roraima	0,2	27°	0,2	27°
Pará	2,2	12°	2,4	11°
Amapá	0,2	25°	0,2	25°
Tocantins	0,5	24°	0,5	24°
Maranhão	1,4	17°	1,4	17°
Piauí	0,7	21°	0,7	21°
Ceará	2,2	11°	2,2	12°
Rio Grande do Norte	1,0	18°	1,0	18°
Paraíba	0,9	19°	0,9	19°
Pernambuco	2,7	10°	2,8	10°
Alagoas	0,8	20°	0,8	20°
Sergipe	0,6	23°	0,6	23°
Bahia	4,1	6°	4,1	7°
Minas Gerais	8,7	3°	8,8	3°
Espírito Santo	1,7	14°	1,7	14°
Rio de Janeiro	10,2	2°	10,2	2°
São Paulo	32,5	1°	32,2	1°
Paraná	6,4	5°	6,4	5°
Santa Catarina	4,1	7°	4,2	6°
Rio Grande do Sul	6,5	4°	6,4	4°
Mato Grosso do Sul	1,5	15°	1,5	15°
Mato Grosso	2,0	13°	1,9	13°
Goiás	2,9	9°	2,9	9°
Distrito Federal	3,8	8°	3,7	8°

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

trativas (0,7 p.p.), em especial a extração e pelotização de minério de ferro, que se beneficiou com a elevação do preço do minério de ferro em 12,3%, em reais, entre 2016 e 2017, associado ao aumento de produção com a entrada em operação do Complexo S11D no final do ano de 2016. Contribuiu ainda para o desempenho do Pará o ganho de 2,9 p.p. de participação na atividade de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*, já que ao longo de 2017 o estado aumentou a produção a partir do aumento do número de turbinas em operação na Usina Belo Monte.

Santa Catarina que tinha perdido a sexta posição relativa para Bahia em 2016, volta a ser o sexto maior PIB em 2017, posição que ocupava desde 2011. O ganho de participação de Santa Catarina está relacionado ao avanço de 0,5 p.p. nas *Indústrias de transformação*, principalmente na metalurgia, fabricação de produtos de madeira, exceto móveis e ainda ao aumento da

participação no total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos do País.

O avanço de Pernambuco (0,1 p.p.) é explicado pelas *Indústrias de transformação*, impulsionado pelos segmentos de fabricação de automóveis, camionetas e utilitários, sendo que em 2017 o estado já respondia por quase 30% deste segmento.

O aumento de participação de Minas Gerais, por sua vez, está relacionado principalmente a *Indústrias extrativas* que, assim como o Pará, se beneficiou com a elevação do preço do minério de ferro em 2017. O estado avançou 0,4 p.p. no País na atividade *Indústrias de transformação*, devido à fabricação de produtos alimentícios e à metalurgia, contribuindo também para o avanço de seu peso no PIB.

Rondônia, com ganho de 0,1 p.p. entre 2016 e 2017, avançou em função de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* devido ao aumento de produção das usinas de Santo Antônio e de Jirau em 2017, as duas hidrelétricas estiveram entre as cinco maiores geradoras do País.

Análise do período 2002-2017²

Desempenho em volume do PIB

Na série 2002-2017, o PIB em volume do Brasil apresentou crescimento médio de 2,4% ao ano (a.a.). Mato Grosso e Tocantins foram os dois estados que mais cresceram, ambos com média de 5,1% a.a., seguidos pelo Piauí com 4,2% a.a.

Em termos de posição relativa, desde 2010 Tocantins era o primeiro colocado nesse quesito seguido por Mato Grosso, porém em 2017 Mato Grosso assumiu a primeira colocação. Os resultados dos três primeiros colocados estão vinculados à *Agropecuária*, já que ganharam destaque nacional no cultivo de soja ao longo da série. Para Tocantins também contribuiu o desempenho do *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. Já no Piauí destacou-se, além da *Agropecuária*, o crescimento da atividade de *Indústrias de Transformação*.

Na análise por Grandes Regiões, todas as entidades federativas do Norte e Centro-Oeste apresentaram variação em volume do PIB superior à média nacional no período. No Nordeste, apenas Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe ficaram abaixo do crescimento médio da série (2,4% a.a.), com variações de 2,0% a.a., 2,2% a.a. e 2,3% a.a., respectivamente. Já nas Regiões Sudeste e Sul, únicas com variação em volume inferior à média, somente Espírito Santo apresentou resultado maior que a média nacional, 2,9% a.a., sendo o desempenho das regiões influenciado sobretudo pelos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Os três menores resultados, Rio de Janeiro (1,4% a.a.), Rio Grande do Sul (1,8% a.a.) e Rio Grande do Norte (2,0% a.a.) refletiram o desempenho de atividades relevantes em suas economias. *Indústrias de transformação* teve variação em volume negativa nos três estados, -1,1% a.a., -0,8% a.a. e -1,0% a.a., respectivamente. Nas *Indústrias extrativas*, a variação ficou abaixo da média no Rio Grande do Norte (-3,8% a.a.) e no Rio de Janeiro (1,1% a.a.), destoando da média nacional de 3,5% a.a. e de estados como São Paulo, que cresceu 15,6% a.a. e ganhou destaque na extração de petróleo e gás, com a exploração do pré-sal na Bacia de Santos.

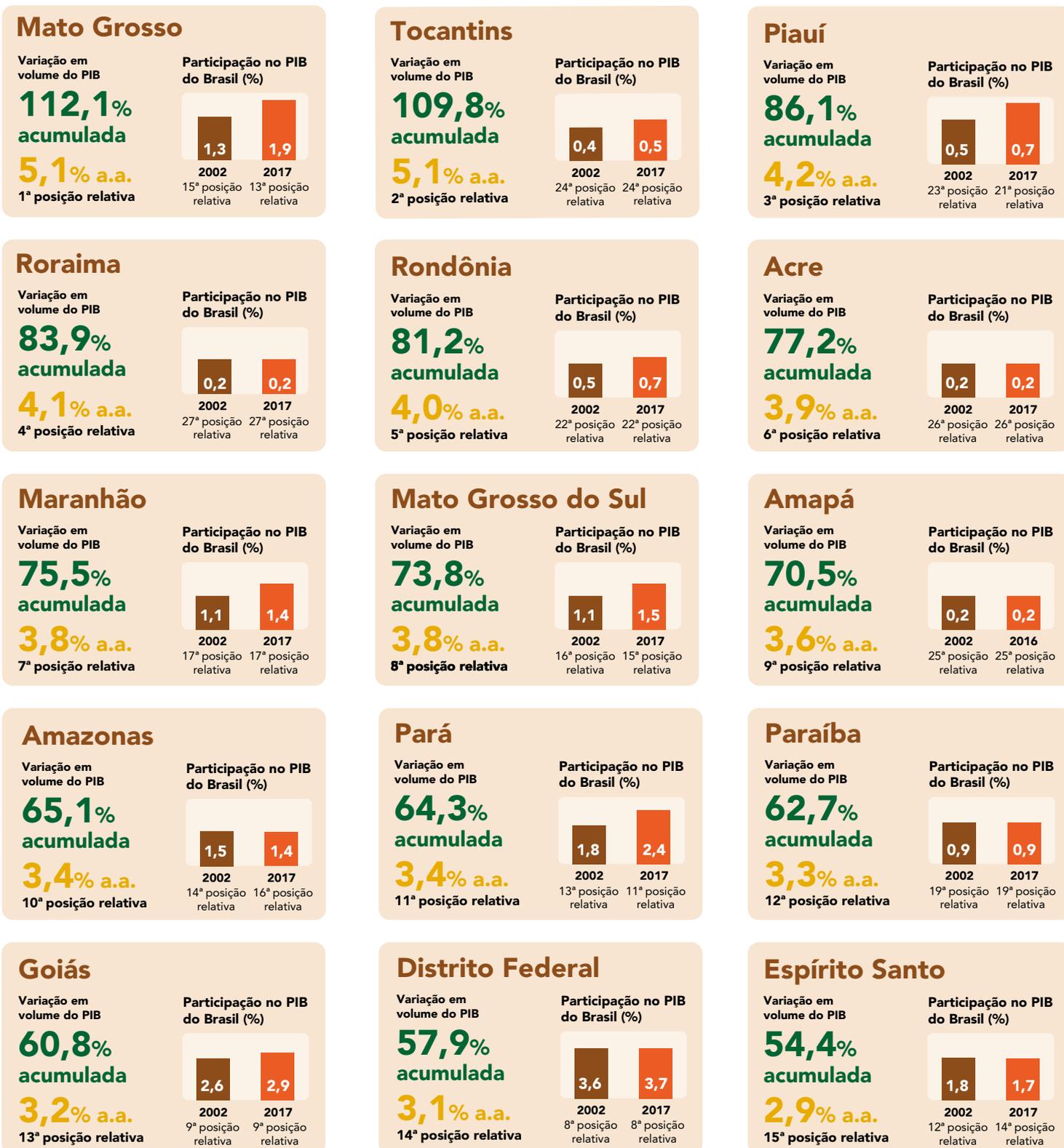
² A série 2002 a 2009 refere-se à série retropolada das Contas Regionais tendo por referência o ano de 2010 e, a partir de 2010 a série é estimada.

Variações, acumulada e média ao ano, em volume do PIB das Unidades da Federação e respectivas posições relativas no PIB do Brasil

2002/2017

Varição em volume acumulada do Brasil: 42,5%

Varição em volume média ao ano do Brasil: 2,4%



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ceará

Varição em volume do PIB

52,9%
acumulada

2,9% a.a.
16ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Alagoas

Varição em volume do PIB

48,4%
acumulada

2,7% a.a.
17ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Pernambuco

Varição em volume do PIB

45,7%
acumulada

2,5% a.a.
18ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Santa Catarina

Varição em volume do PIB

42,4%
acumulada

2,4% a.a.
19ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Paraná

Varição em volume do PIB

41,0%
acumulada

2,3% a.a.
20ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Sergipe

Varição em volume do PIB

39,8%
acumulada

2,3% a.a.
21ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



São Paulo

Varição em volume do PIB

39,5%
acumulada

2,2% a.a.
22ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Bahia

Varição em volume do PIB

38,3%
acumulada

2,2% a.a.
23ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Minas Gerais

Varição em volume do PIB

36,4%
acumulada

2,1% a.a.
24ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio Grande do Norte

Varição em volume do PIB

35,4%
acumulada

2,0% a.a.
25ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio Grande do Sul

Varição em volume do PIB

30,0%
acumulada

1,8% a.a.
26ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio de Janeiro

Varição em volume do PIB

23,3%
acumulada

1,4% a.a.
27ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)

■ São Paulo
■ Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná
■ Outros



Concentração econômica

Em termos de participação no PIB ao longo da série, 2017 foi o ano em que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram o maior percentual de participação desde 2002: 5,6% e 14,5%; respectivamente. Em contrapartida, 2017 foi também o ano em que a Região Sudeste apresentou a menor participação ao longo da série. Ainda assim, a soma dos PIBs dos estados do Sudeste continuou representando mais do que a soma das outras quatro regiões: 57,4% em 2002 e 52,9% em 2017.

Entre os estados da Região Norte, aquele com maior ganho de participação no PIB na série foi o Pará, com 0,6 p.p., cujo destaque foi o crescimento em *Indústrias extrativas*, devido à extração de minério de ferro. Já no Nordeste, os maiores avanços de participação foram Pernambuco (0,4 p.p.), Ceará (0,3 p.p.) e Maranhão (0,3 p.p.).

Nos três estados nordestinos, os ganhos de participação estiveram em larga medida associados aos avanços do *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. Em Pernambuco os ganhos no refino de petróleo e na indústria automobilística em *Indústrias de Transformação* também contribuíram; no Ceará foi o aumento da geração termelétrica no Complexo Parnaíba, associado ao Porto de Pecém, que contribuiu na elevação do peso a partir de 2012.

São Paulo e Rio de Janeiro foram os dois estados com a maior perda de participação no PIB entre 2002 e 2017. Em São Paulo, que perdeu 2,7 p.p., a redução distribuiu-se principalmente na *Agropecuária*, *Indústrias de Transformação* e *Construção*. No Rio de Ja-

neiro, que reduziu sua participação em 2,2 p.p., foi em *Indústrias extrativas* que ocorreu a maior perda relativa: o estado representava 60,0% da atividade nacional em 2002 e passou para 31,0% em 2017. Mesmo com as reduções, São Paulo e Rio de Janeiro, mantiveram as posições de primeira e segunda economia do País.

Minas Gerais, terceiro maior PIB do País, manteve sua posição ao longo de toda a série, e ganhou 0,5 p.p. de participação, justificado em grande medida pelo avanço na extração de minério de ferro e pelo *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*.

Em seguida, Rio Grande do Sul, na quarta posição, perdeu 0,2 p.p. de participação no PIB ao longo da série, influenciado por *Indústrias de transformação*, *Construção* e *Atividades Imobiliárias*. O PIB gaúcho manteve a quarta posição no PIB nacional, exceto no ano de 2013, quando trocou de posição com Paraná.

Na Região Centro-Oeste, destacaram-se os ganhos de participação de Mato Grosso (0,6 p.p.) e Mato Grosso do Sul (0,4 p.p.). No Mato Grosso, o aumento relativo do PIB se deu em grande medida pela *Agropecuária*, em decorrência do desenvolvimento da cultura de soja ao longo do período de referência da série e ainda do *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. Mato Grosso do Sul, por sua vez, teve aumento de participação concentrado nos últimos anos da série em função das indústrias de fabricação de papel e celulose e fabricação de álcool e biocombustíveis.

PIB per capita³

O PIB *per capita* do Brasil foi de R\$ 31 702,25 em 2017 e apresentou variação de 4,2% em valor em relação a 2016 (R\$ 30 421,61). Distrito Federal manteve-se como maior PIB *per capita* brasileiro, com o valor de R\$ 80 502, 47, cerca de 2,5 vezes maior que o PIB *per capita* do País.

Depois do Distrito Federal, os maiores PIB *per capita* em 2017 foram, na ordem, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná. Entre os sete maiores PIBs *per capita*, somente Santa Catarina subiu uma posição entre 2016 e 2017, passando à frente do Mato Grosso. Na comparação à 2002, Mato Grosso foi quem mais avançou sua posição relativa, passando da 11ª para a quinta posição em 2017.

Maranhão (27º) e Piauí (26º), por sua vez, foram os menores PIB *per capita* do Brasil em 2017. Ao longo da série analisada, os dois estados nunca deixaram de ocupar as duas últimas posições, embora tenham trocado de posição algumas vezes. Entre as maiores perdas de posição relativa entre 2002 e 2017 estão o Amazonas, o Sergipe e o Acre, que caíram cinco posições cada um e passaram a ocupar a 14ª, 20ª e 22ª posição em 2017, respectivamente.

Apesar de destacar-se como um dos menores PIB *per capita* ao longo da série, Piauí foi o estado em que o valor deste indicador mais cresceu, nominalmente, entre as Unidades da Federação, aumentando cerca de 5,8 vezes entre 2002 e 2017: de R\$ 2 440,70 para R\$ 14 089,78. Mato Grosso foi o segundo estado com maior aumento nominal: 5,2 vezes. Outros destaques no crescimento nominal do PIB *per capita* ao longo da série foram Tocantins, que aumentou

5,1 vezes, e Maranhão, Rondônia e Mato Grosso do Sul, que aumentaram seu valor 4,7 vezes cada um.

Na análise por Grande Região, as únicas que tiveram valor de PIB *per capita* médio maior que o nacional em 2017 foram a Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Ainda assim, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no Sudeste, e Goiás, no Centro-Oeste, tiveram razão entre seus PIB *per capita* e o PIB *per capita* do Brasil inferior a 1,0.

Já os estados do Norte e Nordeste tiveram PIB *per capita* inferior à média nacional ao longo de toda a série. Em relação ao Norte, 2017 foi o primeiro ano na série em que o Amazonas não ocupou a primeira posição entre os maiores valores de PIB *per capita* da região, ficando atrás de Rondônia e Roraima. Já no Nordeste, Sergipe, que ocupava a primeira posição desde 2002, perdeu o posto para Pernambuco e Rio Grande do Norte em 2016, passando a ocupar a terceira posição na região desde então.

Cabe ressaltar que o Nordeste, apesar de ter participado com 14,5% do PIB nacional, apresentou razão entre seu PIB *per capita* e o PIB *per capita* do Brasil (0,53) inferior à razão da Região Norte (0,65). Isso ocorreu porque, proporcionalmente, o Nordeste tem mais população (27,6%) do que PIB (14,5%) em comparação ao Norte (8,6% de população e 5,6% de PIB). A mesma justificativa aplica-se aos ganhos de posição de Rondônia e Roraima sobre o Amazonas, já que este concentra proporcionalmente mais população (2,0%) do que PIB (1,4%).

³ População residente estimada para 1º de julho de 2017, segundo as Unidades da Federação, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Valor corrente e posição relativa do PIB *per capita* das Unidades da Federação e razão entre este e o PIB *per capita* do Brasil

■ 2017 ■ 2002

Unidades da Federação	PIB <i>per capita</i>		Razão entre o PIB <i>per capita</i> das Unidades da Federação e o PIB <i>per capita</i> do Brasil	Unidades da Federação	PIB <i>per capita</i>		Razão entre o PIB <i>per capita</i> das Unidades da Federação e o PIB <i>per capita</i> do Brasil
	Valor corrente (R\$)	Posição relativa			Valor corrente (R\$)	Posição relativa	
Distrito Federal	80 502,47	1°	2,5	Amazonas	22 936,28	14°	0,7
	24 721,18	1°	2,9		7 353,15	9°	0,9
São Paulo	47 008,77	2°	1,5	Tocantins	21 998,34	15°	0,7
	13 443,91	2°	1,6		4 344,12	21°	0,5
Rio de Janeiro	40 155,76	3°	1,3	Amapá	19 405,11	16°	0,6
	12 414,77	3°	1,5		5 977,03	14°	0,7
Santa Catarina	39 592,28	4°	1,2	Pernambuco	19 164,52	17°	0,6
	9 745,87	4°	1,2		4 426,56	19°	0,5
Mato Grosso	37 914,00	5°	1,2	Pará	18 549,33	18°	0,6
	7 265,37	11°	0,9		4 043,64	22°	0,5
Rio Grande do Sul	37 371,27	6°	1,2	Rio Grande do Norte	18 333,19	19°	0,6
	9 423,79	5°	1,1		4 709,83	18°	0,6
Paraná	37 221,00	7°	1,2	Sergipe	17 789,21	20°	0,6
	8 927,46	6°	1,1		5 529,80	15°	0,7
Mato Grosso do Sul	35 520,45	8°	1,1	Bahia	17 508,67	21°	0,6
	7 599,05	8°	0,9		4 388,28	20°	0,5
BRASIL	31 702,25		1,0	Acre	17 201,95	22°	0,5
	8 440,27		1,0		4 876,17	17°	0,6
Goiás	28 308,77	9°	0,9	Ceará	16 394,99	23°	0,5
	7 307,95	10°	0,9		3 712,24	24°	0,4
Espírito Santo	28 222,56	10°	0,9	Alagoas	15 653,51	24°	0,5
	8 348,80	7°	1,0		3 962,88	23°	0,5
Minas Gerais	27 282,75	11°	0,9	Paraíba	15 497,67	25°	0,5
	6 703,46	13°	0,8		3 627,98	25°	0,4
Rondônia	24 092,81	12°	0,8	Piauí	14 089,78	26°	0,4
	5 147,41	16°	0,6		2 440,70	27°	0,3
Roraima	23 158,06	13°	0,7	Maranhão	12 788,75	27°	0,4
	6 736,70	12°	0,8		2 718,05	26°	0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Entre as regiões de PIB *per capita* maior que a média em 2017, Centro-Oeste foi a que obteve maior razão entre seu PIB *per capita* e o PIB *per capita* do Brasil (1,31), seguida pela Sudeste (1,26) e Sul (1,19). Na Região Centro-Oeste, o resultado foi influenciado sobretudo pelo Distrito Federal.

Apesar das disparidades regionais, observa-se que na série 2002-2017 o PIB *per capita* dos estados das Regiões Norte e Nordeste aproximaram-se, na média, ao PIB *per capita* nacional. A Região Norte elevou a razão em relação à média nacional, de 0,60 em 2002 para 0,65 em 2017, e a Região Nordeste, de 0,47 em 2002 para 0,53 em 2017, influenciadas pelos ganhos de participação no PIB.

Participação no PIB e na população do Brasil, razão entre essas participações e respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Participação no PIB do Brasil (%)		Participação na população do Brasil (%)		Razão entre a participação no PIB e a participação na população do Brasil		Diferença das participações na população do Brasil 2002/2017	Diferença das participações no PIB do Brasil 2002/2017	Diferença das razões entre as participações no PIB e na população do Brasil 2002/2017
	2002	2017	2002	2017	2002	2017			
Norte	4,7	5,6	7,8	8,6	0,6	0,6	0,9	0,9	0,0
Nordeste	13,1	14,5	27,9	27,6	0,5	0,5	(-) 0,3	1,4	0,1
Sudeste	57,4	52,9	42,6	41,9	1,3	1,3	(-) 0,8	(-) 4,5	(-) 0,1
Sul	16,2	17,0	14,7	14,3	1,1	1,2	(-) 0,4	0,8	0,1
Centro-Oeste	8,6	10,0	7,0	7,6	1,2	1,3	0,7	1,4	0,1
Centro-Oeste exceto DF	5,0	6,3	5,7	6,2	0,9	1,0	0,5	1,3	0,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB pela ótica da renda

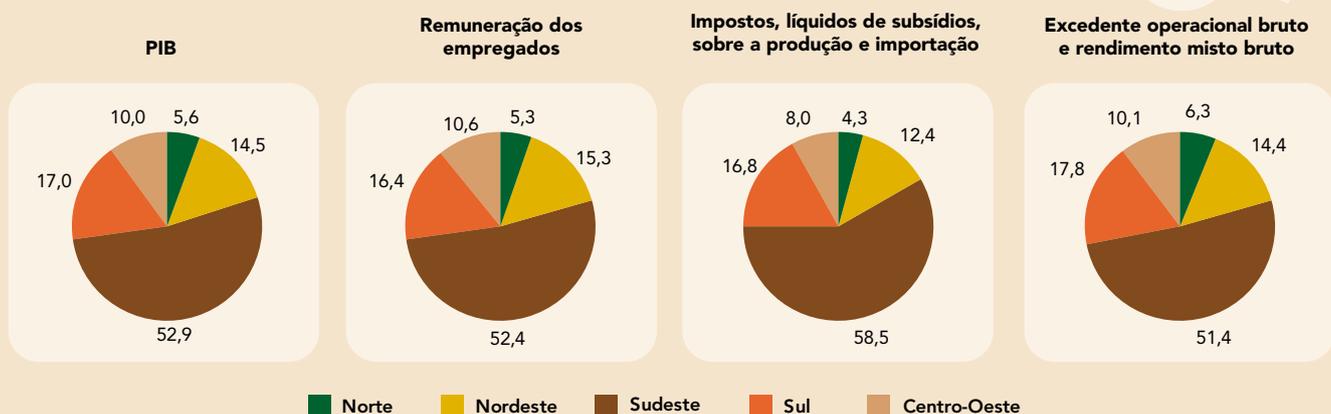
Na análise do PIB pela ótica da renda em 2017, a remuneração dos empregados, pela primeira vez na série, perdeu participação em relação ao ano anterior, entretanto permanece como o principal componente: de 44,7%, em 2016, para 44,4% do PIB brasileiro, em 2017. A redução deve-se à queda do número de ocupações com vínculo, o que gerou crescimento nominal (4,2%) das remunerações inferior ao verificado nos outros dois componentes da renda: 8,0% dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação e 4,8% do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto.

O excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto apresentou praticamente uma estabilidade na participação no PIB do País, saindo de 40,8% para 40,7%, entre 2016 e 2017. Já impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação ganhou 0,4 p.p., depois de ter atingido o mais baixo percentual da série em 2016 (14,5%).

Na análise por Grande Região, somente nas Regiões Sul e Centro-Oeste as remunerações dos empregados ganharam participação entre 2016 e 2017. Este ganho relativo deve-se ao menor crescimento do excedente operacional bruto mais o rendimento misto

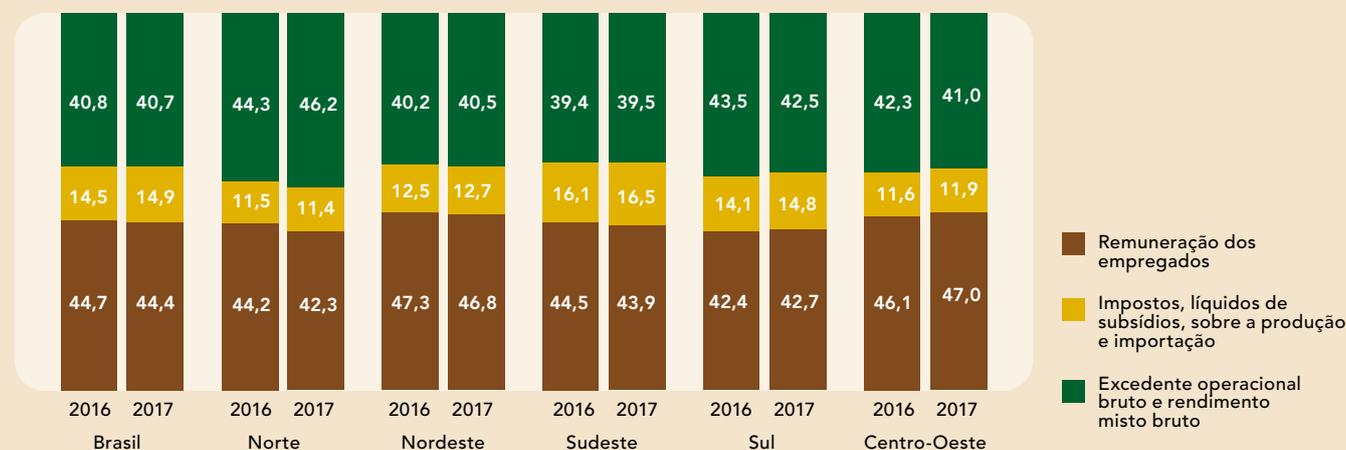
Participação das Grandes Regiões nos componentes do PIB pela ótica da renda (%)

2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

bruto no período, principalmente em razão da perda de participação no valor adicionado bruto da Agropecuária, que refletiu a redução de preço de seus principais produtos agrícolas no período. Em ambas as regiões, o aumento da participação das remunerações foi acompanhado de aumento dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação

No Norte verifica-se que, além do crescimento menor da remuneração entre os componentes pela ótica da renda, o avanço de 1,9 p.p. do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto entre 2016 e 2017, foi influenciado sobretudo pelo Pará, estado cujo desempenho econômico em 2017 vinculou-se à atividades intensivas em capital, como a extração de minério de ferro e a geração de energia hidrelétrica. Tocantins, Amazonas e Rondônia foram os outros três estados da região em que o excedente operacional bruto mais o rendimento misto teve participação no PIB superior à média nacional (40,7%).

A Região Sudeste apresentou comportamento similar ao resultado do Brasil, com a remuneração dos empregados perdendo participação entre 2016 e 2017: de 44,5% para 43,9%. O resultado do Sudeste foi influenciado principalmente pelo Rio de Janeiro, que teve redução de salários mais acentuada, atrelada às atividades de *Indústrias de transformação* e *Construção*. Mesmo com a queda da remuneração de empregados verificada, de 2,9 p.p., o Rio de Janeiro manteve em 2017 a maior participação deste componente em seu PIB (46,8%) entre estados do Sudeste, seguido por Minas Gerais (45,1%).

O Nordeste, que ao longo da série detinha o maior peso da remuneração dos empregados em seu PIB, saiu de 47,3% em 2016 para 46,8% em 2017, foi superado pelo Centro-Oeste (47,0%). No Piauí, Paraíba e Sergipe, o valor relativo da remuneração de empre-

gados foi superior a 50%, o que se justifica em grande medida pelo peso da administração pública nestes estados.

A exemplo dos estados do Nordeste, também no Norte algumas Unidades da Federação apresentaram participação da remuneração de empregados superior a 50%, sendo elas: Roraima (60,3%); Acre (54,5%); e Amapá (55,1%). Estes estados caracterizam-se pela baixa participação no PIB nacional e pelo peso relativamente alto da atividade de *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* em suas economias. Entretanto, a influência destes estados no resultado da Região Norte pela ótica da renda foi secundária, em comparação ao Pará e Amazonas, que contam com indústrias mais dinâmicas.

Na Região Sul, segunda região de maior participação no PIB, os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul tiveram estrutura bastante similar, de relativo equilíbrio entre a remuneração de empregados e o excedente operacional bruto mais o rendimento misto. Já em Santa Catarina, destaca-se a participação dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação, que foi maior que 16% em toda a série, acima da média da região (15,1%) e da média nacional (15,4%) na série.

Entre 2016 e 2017 Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram ultrapassados pelo Pará, e passaram a ocupar a segunda e terceira posições, respectivamente, entre os estados com maior participação do excedente operacional bruto mais rendimento misto bruto em seus PIBs. Em ambos os casos, ressalta-se o perfil intensivo em capital do setor agropecuário. Também no Centro-Oeste, o Distrito Federal, unidade federativa cuja economia é altamente concentrada no segmento de administração pública, teve a segunda maior participação da remuneração dos empregados no PIB (57,4%), ficando atrás apenas de Roraima (60,3%). ■

Participação das Unidades da Federação nos componentes do PIB e dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Unidades da Federação (%)

2017

Unidades da Federação	Participação das Unidades da Federação no Brasil (%)			Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda (%)		
	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto
Brasil	100,0	100,0	100,0	44,4	14,9	40,7
Rondônia	0,7	0,5	0,7	46,4	10,6	43,1
Acre	0,3	0,2	0,2	54,5	10,6	34,9
Amazonas	1,3	1,6	1,5	39,4	17,0	43,6
Roraima	0,3	0,1	0,1	60,3	7,9	31,7
Pará	2,1	1,5	3,0	38,7	9,4	51,9
Amapá	0,3	0,1	0,2	55,1	7,1	37,8
Tocantins	0,5	0,3	0,6	44,6	10,0	45,3
Maranhão	1,3	1,1	1,5	43,8	12,1	44,1
Piauí	0,8	0,5	0,7	50,3	11,1	38,6
Ceará	2,5	1,9	2,1	49,3	12,8	37,8
Rio Grande do Norte	1,1	0,8	0,9	49,2	11,6	39,2
Paraíba	1,1	0,7	0,8	52,1	11,5	36,3
Pernambuco	2,9	2,7	2,7	45,9	14,9	39,2
Alagoas	0,8	0,5	0,9	45,4	10,1	44,5
Sergipe	0,7	0,5	0,6	50,2	11,3	38,5
Bahia	4,1	3,6	4,3	44,3	13,0	42,6
Minas Gerais	8,9	7,9	8,9	45,1	13,4	41,5
Espírito Santo	1,6	2,0	1,7	42,5	17,0	40,6
Rio de Janeiro	10,7	11,8	9,0	46,8	17,3	36,0
São Paulo	31,1	36,9	31,7	42,8	17,1	40,1
Paraná	6,1	6,1	6,9	42,2	14,1	43,6
Santa Catarina	4,2	4,7	4,0	44,2	16,7	39,1
Rio Grande do Sul	6,1	6,1	6,9	42,3	14,1	43,6
Mato Grosso do Sul	1,4	1,1	1,7	41,4	11,1	47,6
Mato Grosso	1,6	1,5	2,4	37,9	11,7	50,4
Goiás	2,8	2,3	3,3	42,7	11,7	45,7
Distrito Federal	4,8	3,1	2,7	57,4	12,6	30,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Ilustrações

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Projeto gráfico

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Pixabay

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>